

A FAMÍLIA NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PROPOSTA DE INTERVENÇÃO FRENTE ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NO MUNICÍPIO DE EMILIANÓPOLIS

Ingrid Aparecida de OLIVEIRA¹
Alicia Santolini TONON²

RESUMO: O artigo traz uma breve análise das características do município de Emilianópolis e do perfil das famílias, visando uma melhor visibilidade através dos gráficos frente aos perfis de famílias e as características do município por meio das pesquisas, assim como, as demandas atendidas pelo órgão gestor. Logo, é necessário adentrar na política de assistência social e demonstrar o lugar que a família se encontra no âmbito da política, isto é, fundamentar que a família é uma instituição que se faz presente na centralidade da política de assistência social. Por fim, serão abordadas as garantias protetivas presentes nesta política, como também, a contextualização das proteções sociais, básica e especial, com enfoque nas seguranças que devem ser asseguradas. Sendo preciso focar na mulher acima de 40 anos, com vista a propor uma intervenção a este público que se encontra em maior vulnerabilidade social no município de Emilianópolis. Tendo em vista a importância de cuidar dessa mulher que muitas vezes é a provedora do seu lar, adentrando nas competências dos profissionais e as articulações necessárias para efetivarem a proposta de intervenção.

Palavras-chave: Emilianópolis. Órgão Gestor. Família. Política de Assistência Social. Proposta de intervenção.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema: A família no âmbito da política de assistência social: proposta de intervenção frente às mulheres em situação de vulnerabilidade no município de Emilianópolis. Justifica-se a escolha do tema a

¹ Discente do 4º ano do curso de Serviço Social do Centro Universitário Toledo de Presidente Prudente. e-mail: indy__oliveira@hotmail.com.

² Docente do curso de Serviço Social do Centro Universitário Toledo de Presidente Prudente. Mestre em Serviço Social e Política Social pela UEL. Orientadora do trabalho de Supervisão Acadêmica. e-mail: alicia_santoline@hotmail.com.

importância da instituição família enquanto ator central no âmbito da política de assistência social, tendo em vista a necessidade de uma proposta de intervenção voltada às mulheres acima de 40 anos.

Perante isso, o artigo tem por objetivo abordar o perfil das famílias no município de Emilianópolis, demonstrando a extrema importância da família, como também, as garantias protetivas garantidas no âmbito da política e as seguranças estabelecidas, com ênfase nos indicadores de vulnerabilidade, o qual traz a mulher acima de 40 anos com maior vulnerabilidade.

Sendo assim, é levantando como proposta de intervenção uma oficina voltada a este público, com enfoque em tratar diversas temáticas por meio da construção de uma boneca de pano, enfatizando a necessidade da articulação do órgão gestor e do Centro de Referência de Assistência Social juntamente a equipe multidisciplinar para efetivação dessa proposta.

Este trabalho está organizado em tópicos e subtópicos. De início traz o perfil das famílias no município de Emilianópolis, logo adentra na política de assistência social abordando o lugar que a família se encontra na gestão dessa política. Por conseguinte, se contextualiza as garantias protetivas as famílias no âmbito da política de assistência social, com foco na proposta de intervenção voltada as mulheres, bem como a real importância da equipe e dos órgãos envolvidos.

O artigo teve como referencial teórico as pesquisas bibliográficas, em artigos, Lei orgânica, Retrato Social e Plano municipal do município, e a pesquisa eletrônica em sites. Assim como, informações obtidas com os profissionais do município. Entre os referencias principais estão o Retrato Social do município, que proporcionou uma melhor compreensão frente ao perfil das famílias e a Política de Assistência Social, sendo por meio das informações obtidas possível contextualizarem a importância da família e as competências do Assistente Social nesta política.

Como método de pesquisa utilizou-se do materialismo histórico dialético, frente às contradições que precisam ser desveladas. Visando que por meio desse trabalho seja possível uma melhor visão critica frente à atenção necessária as mulheres no município, bem como a suma importância da família no âmbito da política de assistência social.

2 O PERFIL DAS FAMÍLIAS NO MUNICÍPIO DE EMILIANÓPOLIS

O município de Emilianópolis é de porte pequeno, segundo dados do IBGE de 2010 a população estimada era de 3020 habitantes. O município possui determinantes frente à sua localização e características, influenciando nas demandas encontradas no órgão gestor.

Ao tratar das demandas institucionais é preciso abordá-las, sendo elas, os benefícios eventuais emergenciais, como por exemplo, cesta básica, pagamento de contas de água e energia e auxílio com passagens. Entre outras demandas estão, o adolescente em conflito com a lei, o atendimento ao idoso, sujeitos em cumprimento de prestação de serviço, entre outras.

Os sujeitos atendidos no Órgão Gestor de Emilianópolis mais especificadamente são famílias, crianças e adolescentes, jovens, idosos, adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa, totalizando aproximadamente 1000 famílias atendidas, entre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), realizado no CRAS, os programas de transferência de renda e os plantões sociais.

Segundo o Plano de ação do município de Emilianópolis, esses sujeitos podem ser caracterizados pela,

[...] baixa escolaridade, baixa renda, dificuldade de inserção no mercado de trabalho em funções que não sejam agricultura e agropecuária, significativo número de idosos, população com pouco acesso e opção de lazer, mão de obra não qualificada, que dificulta a inserção no mercado de trabalho, podendo ser perceptível entre jovens também que frente a isso não encontram perspectivas de vida melhor, assim como os pais, situações de pobreza nas famílias e em decorrência surgimento de outros problemas como, alcoolismo, drogas, depressão (2013, s.p.).

Sendo essas características um grande desafio para o Serviço Social, pois as demandas são de extrema relevância, assim como as garantias necessárias que devem ser priorizadas para atender essas famílias em situação de vulnerabilidade social.

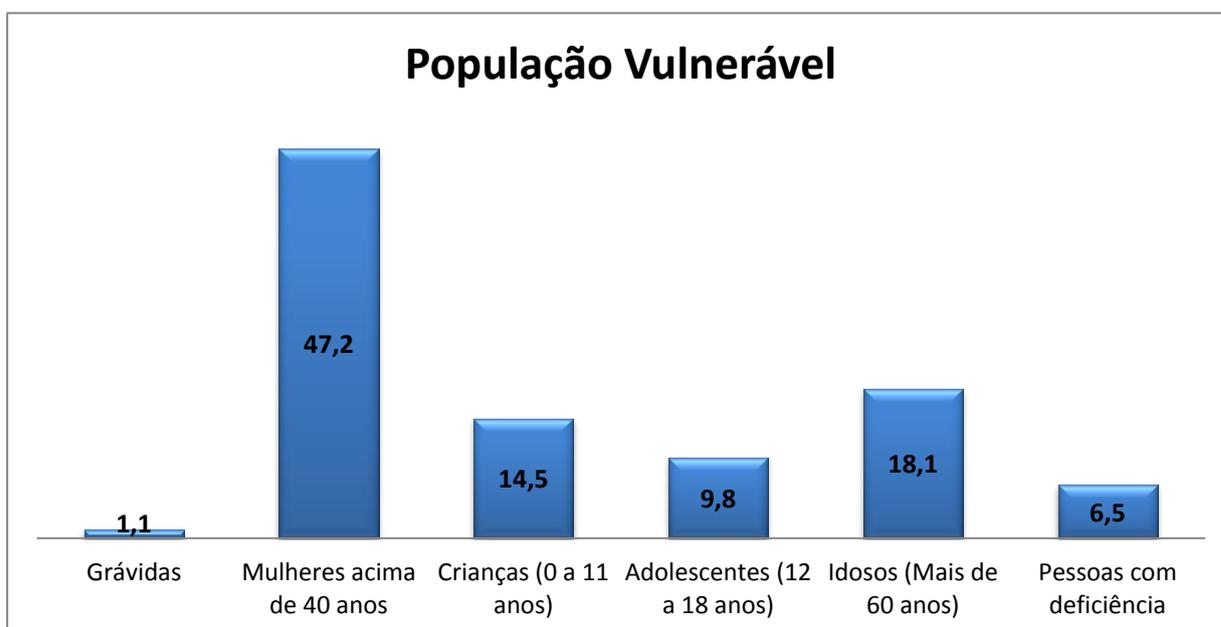
Visto isso, entre as respostas existentes no órgão gestor, frente às demandas de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social estão os programas de transferências de renda, que são: Bolsa família, Ação Jovem e Renda Cidadã. Entre outros programas como, São Paulo Amigo do Idoso e São Paulo Solidário. Os Benefícios de Prestação Continuada – BPC Idosos, BPC Pessoas com

deficiência e os Benefícios Eventuais. O auxílio natalidade e o auxílio funeral que não estão regulamentados, e o projeto Viva Leite.

Para uma melhor compreensão frente ao perfil das famílias no município de Emilianópolis a seguir se levantará informações por meio da busca ativa realizada no município, que resultou em 77% de formulários validados, sendo as informações referentes às pessoas participantes da busca ativa.

Segundo o Retrato Social de Emilianópolis, “alguns grupos populacionais podem apresentar maior vulnerabilidade”, como mostra o gráfico a seguir:

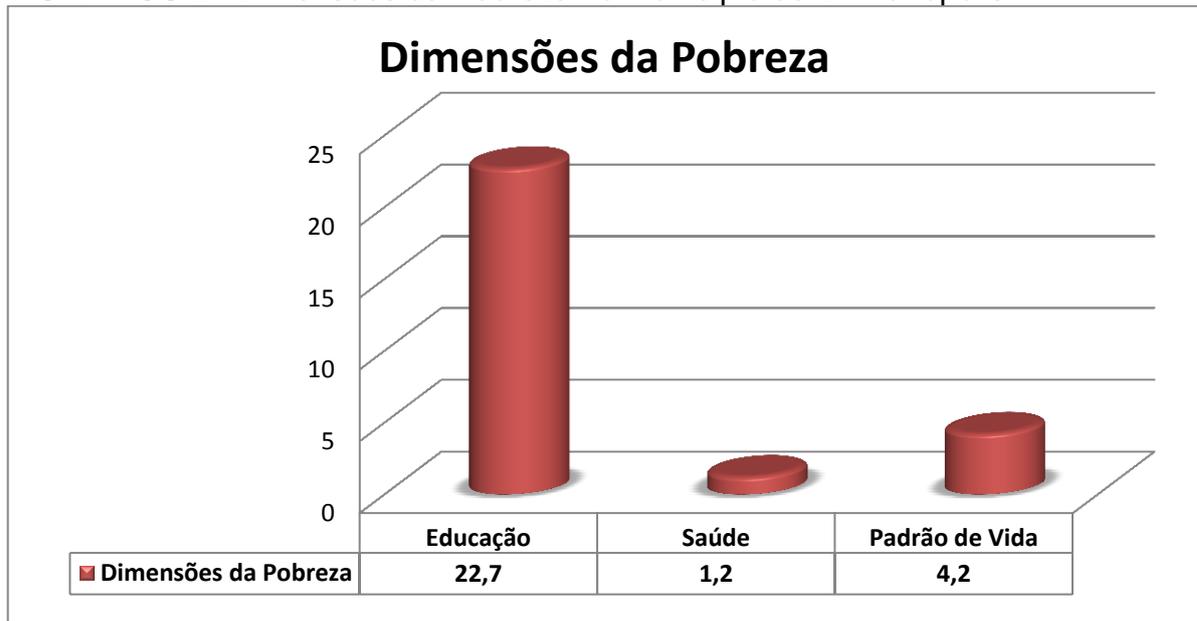
GRÁFICO 1– População Vulnerável de Emilianópolis



Fonte: Retrato Social de Emilianópolis. Elaborado pela autora.

Isto é, a busca ativa identificou dentre os participantes que a população mais vulnerável são mulheres acima de 40 anos com 47,2%, seguido dos idosos com 18,1%, dos quais requerem maior atenção das políticas públicas.

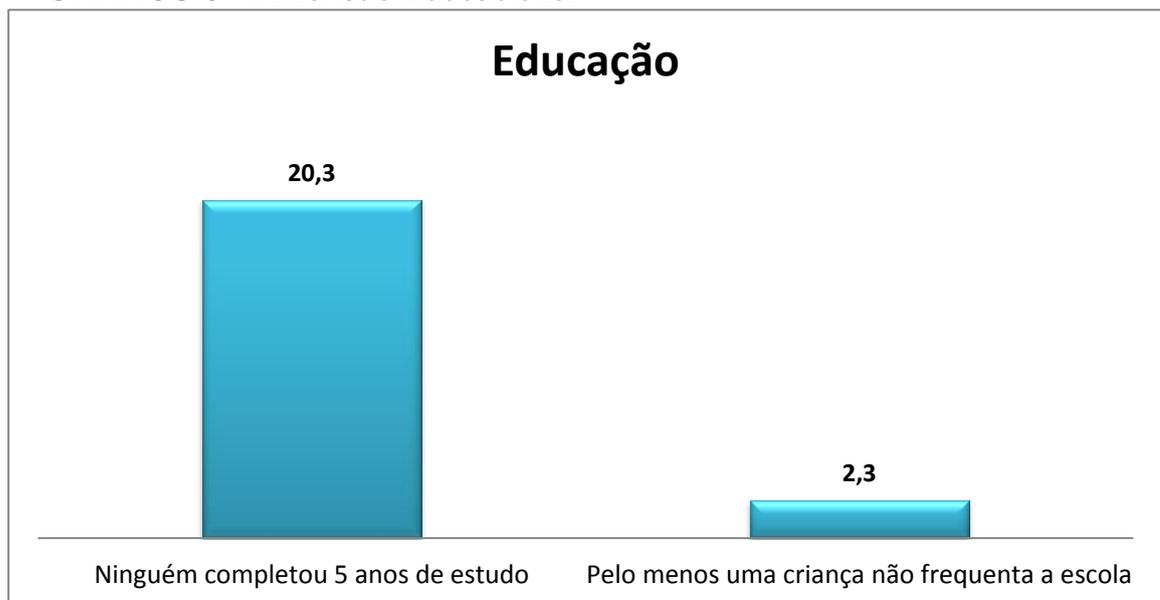
Ao referir a maior vulnerabilidade das famílias no quesito dimensões da pobreza, vê-se qual dimensão esta mais agravante, podendo ser dimensões da educação, saúde e/ou padrões de vida, como se faz presente a seguir:

GRÁFICO 2– Dimensões da Pobreza no município de Emilianópolis

Fonte: Retrato Social de Emilianópolis. Elaborado pela autora.

Visto o gráfico acima, é de extrema relevância dar ênfase a dimensão da educação, pois nota-se maior vulnerabilidade das famílias nessa dimensão.

Logo, é preciso observar apenas a dimensão educacional, cujo gráfico segue a baixo:

GRÁFICO 3– Dimensão Educacional

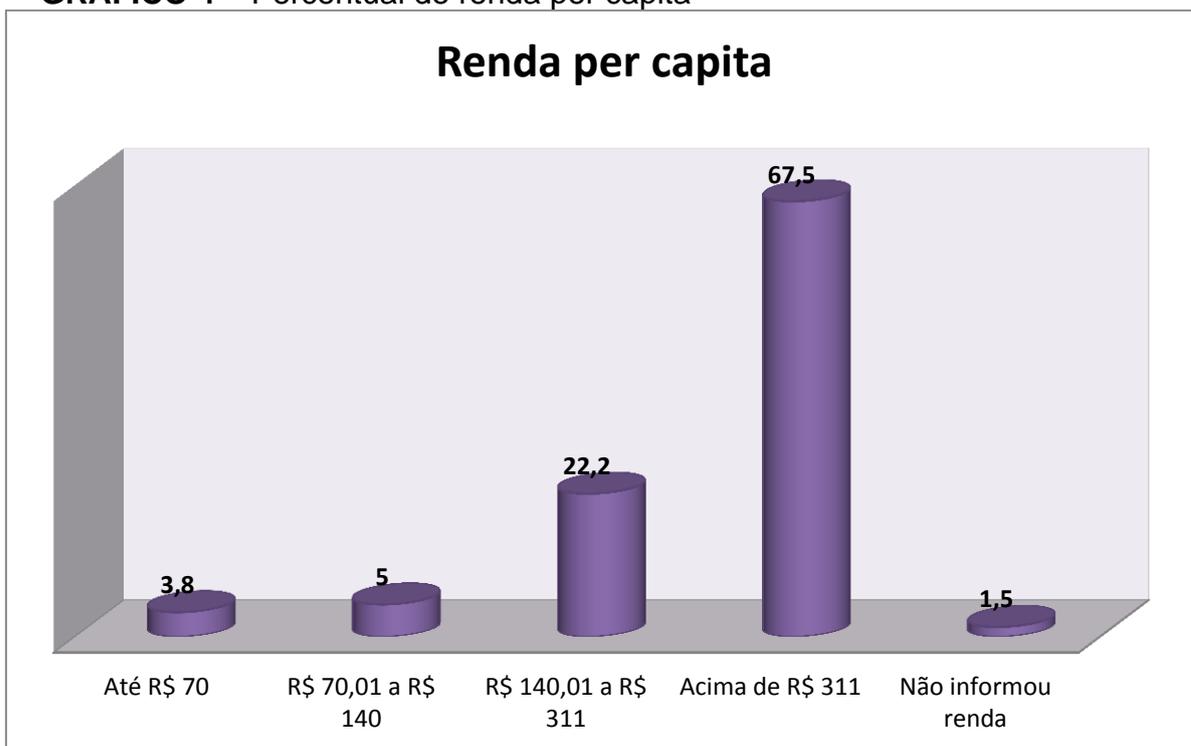
Fonte: Retrato Social de Emilianópolis. Elaborado pela autora.

Assim, ao especificar a dimensão educacional entende que a maior incidência de privação ocorre pela não escolarização dos membros da família, pois

como visto, 20,3% não completaram 5 anos de estudo e 2,3% dos casos pelo menos uma criança não frequenta a escola.

No caso da renda per capita das famílias visitadas segue um gráfico para uma melhor compreensão:

GRÁFICO 4 – Percentual de renda per capita



Fonte: Retrato Social de Emilianópolis. Elaborado pela autora.

A partir disso vê-se que a maioria das famílias, totalizando 67,5% possui renda per capita acima de R\$311,00. Contudo, existem 3,8% que possui renda per capita de até R\$70,00, sendo preciso um cuidado ainda maior para com essas famílias.

Ao referir-se a famílias que possuem uma renda mínima entende-se que se enquadram no público-alvo do Programa São Paulo Solidário. Sendo necessário dar visibilidade a essas famílias, assim como, as que se encontram em situação de extrema pobreza.

Com isso segue a baixo um gráfico que demonstra a participação dessas famílias nos programas sociais e/ou de transferência de renda.

GRÁFICO 5 –Programas Sociais e/ou de transferência de renda

Fonte: Retrato Social de Emilianópolis. Elaborado pela autora.

Por meio da busca ativa identificou a quantidade de participantes ao menos em um programa. Tendo ênfase o programa Bolsa Família que 55,4% das famílias entrevistadas são beneficiárias. Por conseguinte, o programa Renda Cidadã com um percentual de 33,2% das famílias. Logo, seguido do projeto Viva Leite com 31,5% beneficiários.

Assim, ao compreender com maior clareza o perfil das famílias no município, e as respostas frente às demandas trazidas pelo órgão gestor e os profissionais de Serviço Social, é preciso entender qual o lugar da família na gestão da política de assistência social, visto a real importância dessa instituição.

2.1 O lugar da família na gestão da política de assistência social

É preciso compreender o lugar que a família se encontra na gestão da política, contudo para tal esclarecimento é necessário entender o que é a Política Nacional de Assistência Social, bem como o que a mesma estabelece ao tratar sobre a instituição família.

Entende-se que,

A família é a primeira instituição [...], considerada como um espaço de ação, no qual se definem as dimensões mais básicas de segurança humana, como os processos de reprodução material e de integração social das pessoas (PUC, s.d., p. 101).

Assim é perceptível a importância da instituição família, à qual se trata de um espaço privilegiado, pois é a base para a formação do indivíduo, bem como para seu desenvolvimento. Sendo necessária que seja tratada de acordo com sua real importância, como também, com a devida relevância já atribuída a família no âmbito das políticas.

Visto isso, o site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, traz a PNAS-Política Nacional de Assistência Social,

É uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção (s.d., s.p.).

Então é compreendido que essa política visa atender a sociedade como um todo, sem exclusão de qualquer sujeito, sendo ofertada para quem dela necessitar. Visando o enfrentamento das expressões da questão social, garantindo os direitos de todos os cidadãos, assim como provendo o que for necessário ao público dessa política.

A Política Nacional de Assistência Social tem em sua IV diretriz, o seguinte: “Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos”(PNAS, 2005, p. 33). Ou seja, a política traz como direção que a família esteja no centro da mesma, para a concepção de serviços que devem ser voltados para o interesse da família.

Assim como, em seu objetivo a Política de Assistência Social estabelece: “Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária”(PNAS, 2005, p. 33). Isto é, a política objetiva que a família tenha centralidade nas ações, visando à garantia dos direitos da mesma.

Diante disso compreende-se que a família tem lugar central na gestão da política de assistência social, vista como uma importante instituição, que deve ser tratada com prioridade frente às garantias necessárias.

Sendo que,

A atual prioridade da assistência social recai sob a família e seus membros, tendo por perspectiva o avanço do caráter preventivo de proteção social de modo a fortalecer laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos, para que suas capacidades e qualidade de vida atentem para a concretização de direitos humanos e sociais (PUC, s.d., p. 113).

Com isso comprova-se a prioridade ao tratar da família, sendo necessários melhorias e avanços ao tratar da prevenção e proteção social da mesma, de modo que vise garantir e assegurar os direitos de todos os indivíduos.

Assim é preciso pontuar com maiores esclarecimentos à família no âmbito da política de assistência social, com ênfase em suas garantias protetivas, as quais serão de extrema importância à atuação do profissional de serviço social enquanto agente de transformação e profissional que visa garantir os direitos dos sujeitos.

3 GARANTIAS PROTETIVAS ÀS FAMÍLIAS NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ao abordar a centralidade da família na gestão da política de assistência social é preciso entender as proteções asseguradas à mesma, de forma a proporcionar que às garantias protetivas as famílias no âmbito desta política sejam esclarecidas.

A Política Nacional de Assistência Social determina que, “A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar” (2004, p. 31). Diante disto entende-se que é preciso que o Estado enquanto agente responsável assegure essa proteção, assim como promova que as seguranças necessárias sejam realmente garantidas no âmbito da política de Assistência Social.

Contudo, é preciso que todas as seguranças sejam ofertadas a quem delas necessitarem, tendo cada uma a sua importância, as quais serão articuladas visando o bem estar dos sujeitos.

A política de assistência social divide-se em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial³, podendo ser de média ou alta complexidade, cada qual com suas especificidades.

Sendo que,

Na proteção social básica, a Assistência Social deve prevenir situações de risco, destinando-se às pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade social, sejam estas consequências da pobreza, do acesso precário, aos serviços públicos e/ou da fragilização dos laços afetivos (PUC, s.d., p. 114).

Visto isso, é estabelecido dentro da proteção social básica garantir os mínimos necessários para os sujeitos que estiverem vivenciando alguma expressão da questão social, bem como prevenir para que não ocorram situações de risco.

Perante o abordado, é preciso frisar uma das garantias protetivas presente na política, que é a segurança de rendimentos, cuja mesma:

Não é uma compensação do valor do salário mínimo inadequado, mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego. (PNAS, 2004, p. 31).

Isto é, a segurança de rendimentos enquanto garantia visa ofertar que todos tenham uma maneira de prover sua subsistência, contudo não deve ser tratada como uma compensação, pois não é.

Assim o Estado tem que se responsabilizar pela política, bem como por assegurar as seguranças necessárias. Perante isso, a Política Nacional de Assistência Social traz que,

[...] a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade. (s.d., p. 32).

Visto assim que é necessária uma articulação entre os profissionais que vão efetuar as ações e o Estado que deve fazer a vigilância das garantias

³ É a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, [...] são serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada. (PNAS, 2004, p.38).

assistenciais. Sendo as mesmas ofertadas através de serviços, programas e projetos. Contudo é preciso que estes sejam estabelecidos de acordo com a real necessidade de cada serviço e demanda juntamente a articulação do Assistente Social e dos demais profissionais.

Tendo em vista ainda que, a família enquanto importante instituição necessita de todo suporte necessário dentre as políticas, permeado pela participação da população vulnerável nos benefícios de transferência de renda, é perceptível que deve ser feito um trabalho com essas famílias que estão em situação de risco ou vulnerabilidade, as quais se encontram assistidas pela política de assistência social.

Com isso, é preciso levantar uma proposta de intervenção para o público de mulheres que foi abordado no perfil do município, enquanto indicadores de maior vulnerabilidade, levando em conta que, a maioria dessas mulheres contribui no sustento do lar, ou até mesmo são as provedoras do lar.

Assim é preciso que seja voltada uma atenção especial para esse público, que mesmo buscando capacitação e desenvolvimento financeiro já em algumas atividades referenciadas no CRAS para o provimento de rendimentos, necessitam de um trabalho da equipe multidisciplinar que busque ir, além disso, que levante questões pertinentes frente à sua visão pessoal, valorização, desenvolvimento da autonomia e autoestima, entre outras questões pertinentes, sendo desenvolvida a proposta com maior clareza no tópico a seguir.

4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: OFICINA PARA MULHERES ACIMA DE 40 ANOS

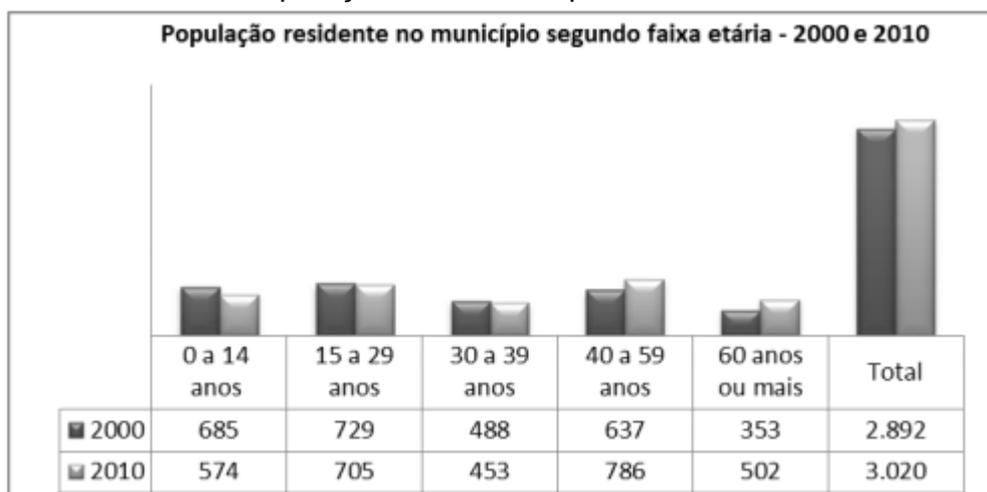
Tendo em vista o que foi abordado no perfil das famílias do município de Emilianópolis, é perceptível a necessidade de dar ênfase ao público de mulheres acima de 40 anos, devido aos indicadores levantados.

Com isso, é proposto ao órgão gestor que foi responsável pelo levantamento dos dados e indicadores, a efetivação de uma oficina voltada a mulheres acima de 40 anos, a qual para sua realização será preciso que o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS seja o executor juntamente a uma articulação do CRAS e o Órgão Gestor.

Assim compreende-se que no município de Emilianópolis existe um indicador muito relevante referente à população vulnerável, como abordado no gráfico 1, o qual traz a análise de que a população mais vulnerável levantada no município como já relatado corresponde a mulheres acima de 40 anos, totalizando 47,2% da população pesquisada.

Tendo em vista ainda que, esta população acima de 40 anos teve um aumento significativo no município, como pode-se perceber no gráfico abaixo.

GRÁFICO 6 – População de Emilianópolis.



Fonte: BRASIL.Sagi. 2013, p.2.

Analisando assim o gráfico é possível observar que a população de 0 a 14 anos é a que mais chama atenção diante da queda no período de dez anos. Por conseguinte, verifica-se que a população de um modo geral de 0 a 39 anos diminuiu nestes dez anos, no entanto a população de 40 a 60 anos ou mais, teve um aumento significativo no município, necessitando assim de uma atenção especial frente às políticas públicas.

Visto isso, é enfatizada a necessidade de uma proposta de intervenção voltada para mulheres acima de 40 anos, contudo, é preciso abordar ainda as oficinas e cursos que já acontecem no CRAS, os quais existem mulheres que participam, no entanto, não são voltadas somente a essa faixa etária e não possuem o mesmo objetivo da proposta de intervenção. Sendo analisado com mais clareza segundo a tabela abaixo:

TABELA 1 – Atividades realizadas no CRAS com participação de mulheres.

Oficinas CRAS	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Mosaico para melhor idade. ❖ Crochê. ❖ Bordado em mariposa. ❖ Grupo de Mulheres.
Em parceria com o Fundo Social	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Padaria Artesanal. ❖ Escola de Beleza. ❖ Escola de Moda. ❖ Bordado a maquina.
Em parceria com a Secretária de Esportes	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Hidroginástica. ❖ Zumba.
Em parceria com a Secretária da Cultura	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Oficina de Argila.

Fonte: Informações levantadas no Cras. Elaborado pela autora.

É perceptível que existem diversas atividades das quais as mulheres podem participar, buscando capacitação, desenvolvimento de habilidades e autonomia financeira. Além do fato de existirem outras atividades além das abordadas, contudo são voltadas ao público de adolescentes de 15 a 17 anos.

Entretanto, em decorrência da análise dos indicadores e das atividades já realizadas percebe-se que existe a real necessidade de uma oficina voltada somente para as mulheres acima de 40 anos, pois estas compõem a população mais vulnerável do município, tendo em vista que, muitas dessas mulheres são provedoras do lar, e muitas vezes precisam de um incentivo tanto pessoal, quanto ao convívio familiar e social.

Assim, foi levantado que entre os programas de transferência de renda Bolsa Família e Renda Cidadã totalizam 101 mulheres acima de 40 anos, sendo este um dado relevante, pois dentre essas mulheres é possível dividi-las em grupos para a realização da oficina.

De imediato propõe que seja feita a oficina em grupo com as mulheres acima de 40 anos, tendo como tema “A construção de novos saberes”, na qual serão realizadas atividades semanais buscando desenvolver a autonomia, autoestima, o conhecer a si próprio, a construção de uma relação de convívio social, trabalhando

assim diversas temáticas, motivando-as, por meio da produção de bonecas de pano, à qual terá como enfoque ao final da oficina para ser realizado a análise individual.

Levando em conta o que está posto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, na Segurança de Desenvolvimento de Autonomia Individual, Familiar e Social, que estão pontuados alguns itens abaixo:

- ✓ Ter vivência de ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;
- ✓ Poder construir projetos pessoais e sociais e desenvolver a autoestima;
- ✓ Ser ouvido para expressar necessidades e interesses;
- ✓ Poder avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações;
- ✓ Alcançar autonomia, independência e condições de bem estar;
- ✓ Ter ampliada a capacidade protetiva da família e a superação das situações de violação de direitos;
- ✓ Vivenciar experiências que oportunize relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando modos não violentos de pensar, agir e atuar;
- ✓ Ter acesso a experiências que possibilitem lidar de forma construtiva com potencialidades e limites. (2013, p. 26)

Diante disso, fundamenta-se o que se pretende ao desenvolver a oficina voltada para essas mulheres, isto é, trazer o que já está posto na tipificação dentro do trabalho dos profissionais desenvolvidos por meio da oficina, o qual trará em debate e análise essas questões pontuadas, como por exemplo, vivenciar experiências em grupo, ter acesso a novas experiências, conhecimentos, saberes, construção da autonomia, desenvolvimento da autoestima, entre outros.

Logo, buscando alcançar o objetivo da proposta, atendendo a essa população mais vulnerável, juntamente a uma articulação do Órgão Gestor e o Centro de Referência de Assistência Social, enfatizando sempre que a família é uma instituição que está posta na centralidade da política de assistência social, sendo de extrema importância garantir suas seguranças, cujas mesmas como já relatado são: segurança de sobrevivência, de acolhida; de convívio ou vivência familiar, com vista assim a importância da atuação do profissional de serviço social juntamente a equipe multidisciplinar do CRAS, possibilitando a garantia e acesso aos direitos desses sujeitos.

Os profissionais de Serviço Social devem estar permeados pelas suas competências específicas presentes no âmbito da política de assistência social, à qual abrangem diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis, como postas a seguir:

1. Uma dimensão que engloba as abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos. Essa dimensão não deve se orientar pelo atendimento psico-terapêutico a indivíduos e famílias (próprio da Psicologia), mas sim à potencialização da orientação social com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais;
2. Uma dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal;
3. Uma dimensão de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos(a) usuários(as) e Conselhos, Conferências e Fóruns da Assistência Social e de outras políticas públicas;
4. Uma dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa capaz de produzir, intersetorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos(as) cidadãos(ãs);
5. Uma dimensão que se materializa na realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora, e possam alimentar o processo de formulação, implementação e monitoramento da política de Assistência Social;
6. Uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos(as) diversos(as) atores(atriz) e sujeitos da política: os(as) gestores(as) públicos(as), dirigentes de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores(as), conselheiros(as) e usuários(as). (CFESS, 2009, p. 18-19).

Diante desta fundamentação, analisam-se os parâmetros para a atuação do profissional de serviço social na política de assistência social, enquanto dimensões que abrangem a intervenção do assistente social, o qual traz consigo diversas fundamentações teóricas, para sua prática eficaz.

Contudo é preciso compreender que para efetivação da proposta de intervenção, será necessária a articulação em rede do órgão gestor com o Centro de Referência de Assistência Social, bem como a atuação dos profissionais envolvidos no CRAS, sendo eles, a Assistente Social, a Psicóloga e uma orientadora para as habilidades manuais da confecção da boneca de pano.

Tendo em vista que é de suma importância a articulação dos profissionais, enquanto agentes de transformação, pois juntos irão desenvolver a oficina para as mulheres de forma a alcançar o mesmo objetivo.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que o município de Emilianópolis possui características próprias que influenciam nas demandas do mesmo. Com isso, apresentaram-se as possíveis respostas as demandas apresentadas no órgão gestor.

Por meio do levantamento de dados frente às informações coletadas, compreende-se que, o município tem uma população vulnerável de grande relevância tratando das mulheres acima de 40 anos. É um dado alarmante na dimensão da pobreza ao se tratar da dimensão educacional, que foi levantado um percentual de 22,7%. Por fim, com os dados dos programas sociais e/ou de transferência de renda, vê-se que, a maior participação de beneficiários é no programa Bolsa Família.

A partir disso, o artigo focou no lugar da família na gestão da política, à qual é considerada uma instituição de extrema importância, assim como na Política de Assistência Social que se faz presente na centralidade da mesma, compreendendo as garantias protetivas postas da política.

Visto isso, é possível concluir que as garantias protetivas estão estabelecidas na política e devem ser asseguradas, bem como, as seguranças de forma integral. Tendo em vista, a suma importância da família enquanto instituição estabelecida na centralidade da política de assistência social.

Com ênfase o artigo tratou da mulher, que é provedora do seu lar em muitos casos referenciados no município, à qual se refere à população mais vulnerável frente ao indicador trazido no perfil, correspondendo a 47,2% as mulheres acima de 40 anos.

Sendo assim justificada a necessidade de uma proposta de intervenção que atenda a essa população mais vulnerável, tendo em vista que já existem alguns cursos e oficinas do CRAS que visam contribuir para o provimento da renda, dos quais algumas mulheres já participam.

Contudo a proposta trazida é cuidar dessas mulheres, de forma a atender as suas necessidades pessoais e sociais, contribuindo para desenvolver a sua autonomia, autoestima, habilidades manuais, bem como o convívio social e familiar.

Para tal é necessário uma articulação do Órgão Gestor com o Centro de Referência de Assistência Social, cuja ação será proposta pelo órgão gestor e

executada pelo CRAS, tendo em vista a importância da Assistente Social juntamente a equipe multidisciplinar, buscando a efetivação do que se pretende alcançar com a realização desta proposta de intervenção, cada qual realizando suas competências, para que realmente seja concretizado o objetivo da oficina voltada às mulheres acima de 40 anos no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. Resolução CIT nº 7, de 10 de setembro de 2009. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-impressao-em-grafica/protocolo-de-gestao-integrada-de-servicos-beneficios-e-transferencia-de-renda-no-ambito-do-sistema-unico-de-assistencia-social-suas/arquivos/Publicacoes%20Protocolo%20de%20Gestao_internet.pdf/download> Acesso em 11 de maio de 2015.

_____. **Câmara Municipal de Emilianópolis**. Disponível em: <<http://www.camaraemilianopolis.sp.gov.br/>> Acesso dia 15 de março.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Finalgrafica.pdf> Acesso em 08 de out de 2015.

_____. **LEI Orgânica do Município de Emilianópolis**.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf> Acesso em 05 de out de 2015.

_____. **PLANO Municipal de Assistência Social de Emilianópolis – 2013 – Bloco I – Informações Básicas**.

_____. **RETRATO Social de Emilianópolis**. Secretaria do Desenvolvimento Social. Programa São Paulo Solidário.